

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.373 - SP (2019/0129385-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS ALVIM
ADVOGADO : FABIANA GOMES PIRES FRIAÇA - SP198985
AGRAVADO : CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO
SABESP
ADVOGADO : FERNANDO NAKATANI E OUTRO(S) - SP324734

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por LUIZ CARLOS ALVIM contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO INDENIZATÓRIO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO FORNECIMENTO DE ÁGUA - REGISTRO DE CONSUMO MUITO SUPERIOR AO VERIFICADO EM RELAÇÃO AO HISTÓRICO DO IMÓVEL DO AUTOR - PEDIDOS PARCIALMENTE PROCEDENTES PARA DECLARAR INEXIGÍVEIS OS VALORES ORIGINÁRIOS E DETERMINAR A COBRANÇA COM BASE NO CONSUMO MÉDIO REFERENTE AOS ANTERIORES - PLEITO DE REFORMA - POSSIBILIDADE EM PARTE - CERCEAMENTO DE DEFESA - JUÍZO QUE É DESTINATÁRIO FINAL DA PROVA CABENDO A ELE AVALIAR A PERTINÊNCIA DE SUA PRODUÇÃO - DOCUMENTOS COLIGIDOS AOS AUTOS QUE SÃO SUFICIENTES PARA SOLUCIONAR A LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO VERIFICADO - PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO QUE NÃO ESCLARECEU O MOTIVO DO CONSUMO ELEVADO - VAZAMENTO E FALHA NO HIDRÔMETRO NÃO CONSTATADOS - VISTORIA REALIZADA PELA PRÓPRIA REQUERIDA QUE NÃO APONTOU QUALQUER IRREGULARIDADE - FATURAS DOS MESES SUBSEQUENTES QUE VOLTARAM AO PATAMAR DE CONSUMO MÉDIO SEM QUALQUER INTERVENÇÃO DAS PARTES - PROBABILIDADE DE ERRO NA MEDIÇÃO - VEROSSIMILHANÇA - SUCUMBÊNCIA - PEDIDO INDENIZATÓRIO JULGADO IMPROCEDENTE - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

A parte alega violação do art. 85 do CPC, no que concerne à fixação do valor dos honorários sucumbenciais, trazendo os seguintes argumentos:

A fixação do valor dos honorários advocatícios será função da análise

equitativa do juiz que deverá observar o grau de zelo, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da ação e o esforço dispendido pelo advogado.

Se o valor fixado a título de honorários da patrona do Recorrente foi de R\$ 1.500,00, (hum mil e quinhentos reais), por qual razão o mesmo não é aplicado ao patrono da Recorrente? (fls. 199).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide também o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já consignou que “o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido violação. Compete à parte recorrente indicar de forma clara e precisa qual o dispositivo legal (artigo, parágrafo, inciso, alínea) que entende ter sofrido violação, sob pena de, não o fazendo, ver negado seguimento ao seu apelo extremo em virtude da incidência, por analogia, da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp 583.401/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 25/3/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no Ag n. 341.240/SP, relator Ministro Massami Uyeda, Quarta Turma, DJ de 6/8/2007, p. 493; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005, p. 263.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já**

arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

